

**ACORDO DE COOPERAÇÃO SEMAS nº. 012/2022**

**Nº 012/2022: SEMAS – FAS**  
**PROCESSO PAE Nº. 399827/2022**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE  
MEIO AMBIENTE E FUNDAÇÃO AMAZÔNIA  
SUSTENTÁVEL (FAS), OBJETIVANDO A  
CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS PARA  
CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ÁREAS  
PROTEGIDAS ESTADUAIS.**

O **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**, órgão integrante da Administração Direta do Estado do Pará, doravante denominada **SEMAS-PA**, inscrita no CNPJ/MF nº 34.921.783/0001-68, com sede na Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Bairro do Marco, Belém/PA, neste ato representada por seu Secretário de Estado, Sr. **JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1360811, emitida pela PC/PA e do CPF nº. 296.202.102–63, residente e domiciliado na cidade de Belém/PA;

e

a **FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL - FAS**, Fundação de Direito Privado, doravante denominada **FAS**, inscrita no CNPJ/MF nº 09.351.359/0001-88 e com sede na Capital do Estado do Amazonas à Rua Álvaro Braga, 351 – Parque 10 de Novembro, neste ato representada por seu Superintendente de Inovação & Desenvolvimento Institucional, Sr. **VICTOR AUGUSTO SALVIATI**, brasileiro, casado, biólogo, CPF nº 312.042.678-47, RG nº 30.403.469-1 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Misushiro, 154, torre 2, Apto 78, Parque 10 de Novembro, CEP: 69054-672, Manaus/AM.;

ambas aqui reconhecidas como **PARTES**, as quais sujeitam-se, neste Instrumento, aos princípios de Direito Público e a todo arcabouço jurídico aplicável, , à [Lei Federal nº. 13.019/2014](#) e alteração pela [Lei Federal nº. 13.204/2015](#), bem como ao [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#), que regulamenta em âmbito local o Marco Regulatório para celebração de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil,

**RESOLVEM**, de interesse comum, firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, doravante denominado **ACORDO**, sob as Cláusulas e condições a seguir estipuladas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** Este **ACORDO** tem por objeto geral apoiar o Governo do Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS-PA, na criação e implementação de Áreas Protegidas estaduais, que favoreçam a conservação ambiental, promovam o fortalecimento da bioeconomia da Amazônia e fomentem comunidades tradicionais, povos indígenas e pequenos proprietários que vivem no estado.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

**2.1.** Os objetivos, justificativas, eixos, metas, ações, descrições, produtos/resultados, responsáveis, prazos e outros elementos necessários à compreensão e ao alcance da Cláusula Primeira estabelecem-se no **PLANO DE TRABALHO** que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

**2.2.** As partes concordam que futuras oportunidades de parceria em projetos e atividades específicos serão formalizados por meio de Termos Aditivos, anexados ao presente **ACORDO**.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES

- 3.1.** Para o alcance do objeto deste **ACORDO**, as **PARTES** comprometem-se a:
- 3.1.1. Elaborar estudos estratégicos com finalidades específicas, conforme acordado e definido entre si, e que constituirão parte integrante desde **ACORDO**;
  - 3.1.2. Executar e acompanhar as ações, atividades e tarefas necessárias à consecução deste **ACORDO**, em consonância com a legislação vigente, com o Plano de Trabalho pactuado e com os padrões e normas técnicas disponíveis e melhor aplicáveis no tempo presente das ações;
  - 3.1.3. Intercambiar dados, informações e análises relativas ao escopo deste **ACORDO**, necessários à execução dos trabalhos referidos no objeto do mesmo, respeitada a legislação vigente;
  - 3.1.4. Disponibilizar equipe de servidores, funcionários e colaboradores para a execução das ações, programas ou projetos decorrentes deste **ACORDO**;
  - 3.1.5. Organizar, apoiar, realizar e participar de reuniões, tele/vídeo conferências e encontros necessários para o andamento e execução do objeto deste **ACORDO**;
  - 3.1.6. Reservar espaço, quando possível, em seus meios de informação ou comunicação e eventos técnicos ou científicos para a divulgação do presente **ACORDO** e seus termos, das ferramentas empregadas, bem como dos resultados obtidos no âmbito deste

**ACORDO**, ressalvados os casos sigilosos ou confidenciais, conforme assim expresso entre as **PARTES**;

- 3.1.7. Prestar esclarecimentos aos órgãos interessados sobre os resultados analíticos relativos ao escopo deste **ACORDO**
- 3.1.8. Informar, tão logo quanto possível, a ocorrência de qualquer fato extraordinário que possa comprometer o êxito de suas obrigações;
- 3.1.9. Responder, individualmente, por infrações que cometer às leis, bem como por indenizações, reclamações, danos ou prejuízos causados a terceiros, direta ou indiretamente, por culpa ou desídia, ou em consequência de erros, imperícias, imprudências ou negligências suas, de seus prepostos, funcionários, servidores ou colaboradores, ou em razão de responsabilidade objetiva própria, quando for o caso;
- 3.1.10. Responsabilizar-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes e/ou colaboradores na execução do objeto deste **ACORDO**, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra **PARTE** ou a terceiros;
- 3.1.11. Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela outra diante de terceiros, ainda que estes se relacionem direta ou indiretamente à execução deste **ACORDO**, nem por danos que vierem a ser causados em decorrência de atos de prepostos ou indicados.
- 3.1.12. Propor aditivos a este **ACORDO** sempre que necessário para o alcance de seus objetivos essenciais.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES INDIVIDUAIS**

##### **4.1. Compete à SEMAS-PA:**

- 4.1.1. Estabelecer um coordenador do projeto no quadro da **SEMAS-PA** que garanta, como ponto focal da Cooperação, a facilitação da execução de atividades previstas no Plano de Trabalho pactuado, além de compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação estabelecida no artigo 50 do [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#);
- 4.1.2. Disponibilizar à **FAS** informações relativas ao arranjo institucional do Governo do Estado e dados organizacionais básicos relativos a si e que importem no âmbito do **ACORDO**;
- 4.1.3. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, informações relativas a Políticas, Planos, Programas, Projetos e Ações do Governo Estadual relacionados às pastas ambiental, econômica e social;

4.1.4. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, dados e informações sobre os recursos públicos e privados já existentes, incluídos os comprometidos e ainda não executados, utilizados para atividades administrativas, de gestão, fiscalização e monitoramento;

4.1.5. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, dados relativos à dinâmica de uso e mudança de uso da terra, incluindo os concernentes ao desmatamento legal e a todos os demais aspectos geográficos, econômicos e sociais, instrumentos e ferramentas de gestão utilizados, bem como os vetores de pressão conhecidos ou identificados;

4.1.6. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, dados relativos a estruturação de projetos públicos e a serem concessionados, bem como do licenciamento ambiental dos projetos de infraestrutura pertinentes ao presente **ACORDO**;

4.1.7. Avaliar e propor ajustes e alterações dos produtos desenvolvidos;

4.1.8. Realizar os melhores esforços no sentido de implementar os produtos estipulados por esta Cooperação.

#### 4.2. Compete à **FAS**:

4.2.1 Empenhar os esforços disponíveis, incluindo a disponibilização de especialistas necessários para o desenvolvimento das análises, inclusive, *in loco*.

4.2.2 Apoiar a **SEMAS-PA** na definição de prioridades e na identificação de pontos de atenção relacionados às propostas de desenvolvimento;

4.2.3 Conduzir a execução da análise empírica conforme descrição e cronograma previstos no **Plano de Trabalho** deste **ACORDO**;

4.2.4 Disponibilizar os resultados analíticos relativos ao escopo deste **ACORDO**;

4.2.5 Quando cabível, propor recomendações a partir dos resultados analíticos para desenho e fortalecimento de políticas públicas estaduais com foco em gestão territorial e criação de Áreas Protegidas;

4.2.6 Participar e promover reuniões técnicas para compartilhar os avanços e desafios do Plano de Trabalho do presente **ACORDO**;

4.2.7 Resguardar quaisquer informações repassadas, sendo a utilização destas restrita à execução das atividades estabelecidas neste **ACORDO**.

### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, MATERIAIS E HUMANOS

5.1. O presente **ACORDO NÃO GERA** obrigações financeiras, materiais, trabalhistas/empregatícias ou fiscais de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros, materiais ou humanos entre as **PARTES**;



**5.2.** Eventuais despesas para a consecução do objeto deste **ACORDO**, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre as **PARTES** e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelas **PARTES** dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos;

**5.3.** Profissionais atuantes em atividades necessárias ou decorrentes da execução deste **ACORDO** para uma **PARTE**, na condição de servidores, empregados, autônomos, empreiteiros ou quaisquer outros títulos, não terão vinculação ou direito de qualquer natureza em responsabilidade da outra **PARTE**, ficando a cargo exclusivo da **PARTE** que os contratou a integral responsabilidade no concernente a direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo solidariedade entre as **PARTES**;

**5.4.** Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente **ACORDO** não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento;

**5.5.** É facultada à **FAS** a prospecção de recursos financeiros como forma de recuperar seus custos no âmbito deste **ACORDO**.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

**6.1.** O presente **ACORDO** vigorará pelo prazo de 30 (trinta) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, observados o artigo 42, VI, da [Lei Federal nº. 13.019/2014](#) e o artigo 32 do [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**7.1.** As **PARTES** designarão e a **SEMAS-PA** publicará, em ato específico, os integrantes da Comissão Gestora da presente parceria, instância responsável pelo gerenciamento e fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, em observância aos artigos 60 e 61 da [Lei Federal nº. 13.019/2014](#) e aos moldes do estabelecido no [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#).

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE E DA AVALIAÇÃO**

**8.1.** A **SEMAS-PA** promoverá o monitoramento da qualidade e a avaliação, ambos de caráter preventivo e saneador, para o cumprimento do objeto da parceria, conforme os artigos 58 e 59 da Lei Federal nº. 13.019/2014 e artigos 52, 53 e 54 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO, DA RESILIÇÃO E DA DENÚNCIA

**9.1.** As **PARTES** dispõem da prerrogativa de rescindir unilateralmente o presente **ACORDO**, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período;

**9.2.** O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que de comum acordo entre as **PARTES**, em caso de inadimplência de quaisquer Cláusulas ou condições, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou ainda denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou em prazo conforme a legislação vigente à época do interesse de rescisão/denúncia;

**9.3.** Na hipótese de rescisão unilateral, ficam assegurados o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre as **PARTES**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

**10.1.** É **VEDADO** às **PARTES**, sob as penas da Lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento de ações ou projetos classificados pela outra **PARTE** como sigilosos ou confidenciais, bem como divulgar, através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos aos serviços executados, a tecnologia adotada e a documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização por escrito emanada da **SEMAS-PA**;

**10.2.** Quando da autorizada liberação de informações confidenciais, a **PARTE** que as transmitir não terá direito a qualquer tipo de titularidade sobre estas, em resultado da revelação a outrem;

**10.3.** As **PARTES** devem proteger todas as informações confidenciais que sejam geradas ou fornecidas ao abrigo do presente **ACORDO**, a contar da assinatura deste Instrumento até 05 (cinco) anos após o término de sua vigência, e se gerados bens passíveis de proteção conforme cláusula de propriedade, o sigilo será de 20 (vinte) anos a contar da assinatura do instrumento específico, nos termos previstos na Legislação;

**10.4.** Nenhuma das partes poderá divulgar informações classificadas como confidenciais sem autorização prévia, salvo aos empregados pertencentes ao quadro de funcionários, contratantes ou subcontratantes, devendo a divulgação ser estritamente limitada às **PARTES** envolvidas no **ACORDO** e/ou ao pessoal autorizado de entidades governamentais associadas ao **ACORDO**;

**10.5.** Tal divulgação estará sujeita à autorização, por escrito, e não deverá em nenhum caso exceder o estritamente necessário para a execução das tarefas, deveres ou contratos relacionados com a informação divulgada;

**10.6.** Os destinatários da informação confidencial comprometer-se-ão por escrito em manter o caráter confidencial desta, devendo as **PARTES** acompanharem o cumprimento de tal obrigação;

**10.7.** Uma **PARTE** comunicará imediatamente à outra, caso seja ou possa vir a ser incapaz de assegurar as obrigações de não-divulgação de informações confidenciais. Neste contexto, as **PARTES** procederão a consultas mútuas para determinar as medidas apropriadas em tal caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES, DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E RESULTADOS**

**11.1.** Durante a vigência do **ACORDO**, as **PARTES** poderão, mediante solicitação prévia, seguida de avaliação interna e decisão superior, ter acesso a materiais, dados, programas, estratégias, sistemas ou outras informações constantes de seus bancos de dados, necessárias para o cumprimento do **ACORDO**;

**11.2.** As **PARTES** poderão produzir documentos, relatórios, estudos e mapas, assim como produtos específicos, denominadas “obras”, usando informações dos bancos de dados criados ou produzidos através dos seus esforços individuais ou coletivos com base neste **ACORDO**;

**11.3.** Salvo se as **PARTES** pactuarem formalmente de modo distinto, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer dessas obras pertencerão à **PARTE** que as elaborar. Se as obras forem elaboradas conjuntamente, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual pertencerão a ambas as **PARTES**;

**11.4.** Nenhuma das **PARTES** publicará ou distribuirá os resultados das obras elaboradas conjuntamente sem o consentimento prévio da outra, nem sem reconhecer na publicação a sua participação;

**11.5.** Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **ACORDO** e da divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento, deverão sempre constar as logomarcas e/ou os nomes e/ou as siglas das Partes, a saber: **SEMAS-PA** e da **FAS**;

**11.6.** Os nomes e logotipos das **PARTES** equivalem-se a marcas registradas e, como tais, não podem ser utilizadas para nenhum propósito externo sem a prévia autorização de seus proprietários;

**11.7.** As **PARTES** serão as únicas e exclusivas proprietárias dos resultados técnicos e de todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica que eventualmente decorra do presente **ACORDO**, sejam passíveis ou não de proteção legal através do Direito de Propriedade Intelectual;

**11.8.** Em se tratando de resultado protegido pelo direito autoral, ficam garantidos às **PARTES** os direitos conexos, respeitada a nomeação do autor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE E DA PUBLICAÇÃO

**12.1.** A letra deste **ACORDO** é de natureza pública nos termos da legislação vigente, convencionando as **PARTES** sua ampla publicidade e divulgação, especialmente para cumprimento do constitucional [Princípio da Publicidade](#) dos Atos Administrativos, da [Lei de Acesso à Informação](#) e de plataforma eletrônica de transparência, conforme [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#), artigos 52 e 55;

**12.2** A publicação resumida deste **ACORDO**, no Diário Oficial do Estado, ficará sob a responsabilidade da **SEMAS-PA**, no **prazo de 10 (dez) dias corridos** contados a partir de sua assinatura, nos termos do parágrafo 5º do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

**13.1.** As comunicações entre as **PARTES** poderão ser realizadas por correio eletrônico (e-mail) e serão consideradas válidas, desde que comprovadamente recebidas;

**13.2.** As notificações entre os signatários, relacionadas com este **ACORDO**, deverão ser feitas por correio eletrônico (e-mail), escrito ou carta registrada, não sendo consideradas como recebidas aquelas destinadas para outros endereços que não os a seguir mencionados:

	Endereço oficial:
<b>SEMAS-PA</b>	Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717. Edifício Itacaiúnas, 4º andar. Marco, Belém – PA. CEP 66.093-677.
<b>FAS</b>	Rua Álvaro Braga, 351, Parque 10 de Novembro, Manaus - AM. CEP 69.054-595.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACESSO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL

**14.1.** Caso a consecução deste **ACORDO** e seus documentos aditivos porventura em algum momento envolvam o acesso a conhecimentos tradicionais, este deverá ocorrer mediante anuência prévia junto às comunidades locais ou indígenas, por instituição nacional interessada em acessar conhecimento tradicional, seguindo as diretrizes emanadas das resoluções do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, para o caso a que se aplicar e ao qual se realizar programa, pesquisa ou projeto, em conformidade com a [Convenção 169](#) da Organização Internacional do Trabalho, nos termos da Legislação Brasileira, especialmente [Medida Provisória](#)

[nº. 2.186-16/2001](#), a [Resolução CGEN-MMA nº. 34/2009](#), [Resolução INPI nº. 207/2009](#) e as Convenções Internacionais das quais o Brasil seja signatário.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AUSÊNCIA DE ASSOCIAÇÃO NO ÂMBITO CIVIL

**15.1.** As **PARTES** concordam que não há formalização de nenhum contrato de sociedade, associação no âmbito civil, *joint-venture*, empresa conjunta ou outro acordo comercial, nem há intenção em formalizar uma empresa comercial;

**15.2.** Nenhuma das **PARTES** tratará os termos deste **ACORDO** como uma associação legal ou tomará nenhuma ação direcionada a tal intenção.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

**16.1.** Este **ACORDO**, bem como o seu **PLANO DE TRABALHO**, poderão ser alterados a consentimento das **PARTES** durante sua vigência, mediante **TERMO ADITIVO**, devidamente justificado, desde que tal interesse reste manifesto previamente por escrito;

**16.2.** Este **ACORDO** tem como **VEDADA** a alteração da Cláusula “Objeto”;

**16.3.** Resta determinado que compromissos ou acordos verbais não obrigam as **PARTES** a cumprimento, sendo considerados inexistentes para os fins deste **ACORDO**;

**16.4.** Considerar-se-ão válidas, para fins de cumprimento deste **ACORDO**, as comunicações expedidas a partir correio eletrônico (e-mail) de agentes públicos e/ou de pesquisadores e colaboradores vinculados às **PARTES**, desde que correlacionadas ao Objeto do **ACORDO** e às ações e metas estipuladas no respectivo **PLANO DE TRABALHO**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

**17.1.** Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente **ACORDO**, as partes concordam, preliminarmente, em solucioná-las administrativamente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONDUTA ANTICORRUPÇÃO

**18.1.** As **PARTES** não praticarão quaisquer atos não explicitamente autorizados por este **ACORDO**, devendo cumpri-lo integral, irrestrita e ininterruptamente ao olhar da [Lei Federal nº. 12.846/2013](#), do [Decreto Estadual nº. 2.289/2018](#), bem como das demais normas que resguardem os limites de atuação e a moralidade da Administração Pública.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

**19.1.** As **PARTES** declaram e garantem mutuamente que cumprem toda a legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive (sempre e quando aplicáveis) a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal n. 12.965/2014), seu decreto regulamentador (Decreto 8.771/2016), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema, comprometendo-se a tratar os dados classificados como pessoais e pessoais sensíveis, coletados por meio deste instrumento para a sua execução e somente nos estritos limites aqui previstos, como controlador de dados pessoais ou por meio de seus operadores, nos termos da lei aplicável; ou com o devido embasamento legal, sem transferi-los a qualquer terceiro, exceto se expressamente autorizado pelo titular dos dados, por este ou outro instrumento ou, ainda, para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória ou em caso de decisão judicial que obrigue o fornecimento.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTES INSTRUMENTOS

**20.1.** Anexo I – Plano de Trabalho de Acordo de Cooperação.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**21.1.** O não-exercício de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstas neste **ACORDO** ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações aqui previstas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independente de comunicação prévia;

**21.2.** As **PARTES** observarão todas as leis e regulamentos aplicáveis durante a realização das atividades executadas conforme cláusulas deste **ACORDO** e manterão válidas todas as licenças, autorizações e certidões necessárias ao cumprimento das obrigações aqui assumidas;

**21.3.** É **VEDADA** a cessão ou a transferência das obrigações deste **ACORDO** a terceiros, total ou parcialmente;

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

**22.1.** Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização do presente **ACORDO** serão resolvidos mediante acordo entre as **PARTES**;

**22.2.** Eventual invalidade de qualquer cláusula ou dispositivo contida no presente **ACORDO**, causada por fato superveniente alheio à ingerência das **PARTES**, não prejudicará a validade das demais disposições ora avençadas;

**22.3.** Ficam as **PARTES** desobrigadas do cumprimento de objetivos, ações e metas ou ressarcimento de prejuízos decorrentes de caso comprovadamente fortuito ou de força maior;

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

**23.1.** As dúvidas, controvérsias e litígios que possam decorrer da execução do previsto no presente **ACORDO** e seu (s) Anexo (s) que não tenham sido dirimidos administrativamente, assim o serão na Justiça Estadual do Pará, foro da Comarca de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e acordados o presente **ACORDO** é assinado eletronicamente pelas partes.

---

**JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA**

Secretário de Estado de Meio Ambiente e  
Sustentabilidade do Pará – SEMAS-PA

---

**VICTOR AUGUSTO SALVIATI**

Superintendente de Inovação &  
Desenvolvimento Institucional da  
Fundação Amazônia Sustentável – FAS

Testemunhas:

---

Nome:

CPF:

---

Nome:

CPF:



**PLANO DE TRABALHO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO**

**1) DADOS GERAIS:**

<b>Órgão / Entidade Proponente 1:</b> Fundação Amazônia Sustentável - FAS		<b>CNPJ n.º:</b> 04.351.359/0001-88	
<b>Endereço:</b> Rua Álvaro Braga, 351, Parque Dez de Novembro			
<b>Cidade:</b> Manaus	<b>UF:</b> AM	<b>CEP:</b> 69.054-595	<b>DDD / Telefone:</b> +55 (92) 4009-8900
<b>Nome do Responsável:</b> VICTOR AUGUSTO SALVIATI		<b>Cargo:</b> Superintendente de Inovação & Desenvolvimento Institucional	
<b>Órgão/Entidade Concedente:</b> Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS-PA		<b>CNPJ:</b> 34.921.783/0001-68	
<b>Endereço:</b> Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Marco. Edifício Itacaiúnas.			
<b>Cidade:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66.093-677	<b>DDD / Telefone:</b> +55 (91) 3184-3398
<b>Nome do Responsável:</b> JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA		<b>Cargo:</b> Secretário de Estado	

## 2) DESCRIÇÃO DA COOPERAÇÃO:

ACORDO DE COOPERAÇÃO que entre si celebram a SEMAS-PA e FAS, visando a convergir esforços no apoio à criação e implementação de Áreas Protegidas estaduais no estado do Pará.	Período de Execução:	
	Dez/2022	Jun/25
<b>Identificação do objeto:</b>  <p>O presente instrumento tem por objetivo geral apoiar o Governo do Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, na criação e implementação de Áreas Protegidas estaduais, que favoreçam a conservação ambiental, promovam o fortalecimento da bioeconomia da Amazônia e fomentem comunidades tradicionais, povos indígenas e pequenos proprietários que vivem no estado.</p>		

## 3) JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Este plano de trabalho corresponde ao projeto “Apoio na Criação e Implementação de Áreas Protegidas Estaduais no Pará”, que é uma iniciativa de cooperação entre a SEMAS-PA e a FAS.

O Pará tem 32,9% de Unidades de Conservação Estaduais e Federais e 24,6% em Terras Indígenas, e faz-se necessário ações concretas para conservar a floresta amazônica e conciliar a prosperidade econômica e social.

Nos últimos anos, a região tem sido alvo de crescente pressão sobre a floresta. Em 2021 houve um crescimento de 29% de desmatamento na Amazônia Legal, comparado a 2020 (Imazon, 2021), indicando o pior em 10 anos, com mais de 10 mil quilômetros de mata nativa destruídos. No Pará, foram 4.037 km<sup>2</sup> devastados, o que representa 39% de todo o desmatamento da região amazônica em 2021.

Cabe destacar que os vetores do desmatamento ilegal na Amazônia estão em transformação, e é necessário o desenvolvimento de estudos para identificar os novos desafios não convencionais para conter o avanço do desmatamento. Este contexto tem comprometido o papel da Amazônia no balanço climático e meteorológico regional e global.

No contexto do estado do Pará e da Amazônia como um todo, é importante apontar que devido à desinformação, notícias falsas e polarização política, Áreas Protegidas são visualizadas como barreiras ao desenvolvimento e ao “desperdício de terra”. Isso se deve à falta de informações adequadas e de fatos científicos, tais como: (i) a legislação brasileira reconhece e permite a produção rural sustentável dentro das Unidades de Conservação, (ii) existem categorias de Áreas Protegidas que permitem a habitação de pessoas dentro delas, (iii) é possível fomentar atividades sustentáveis como o turismo nessas áreas; e (iv) As Áreas Protegidas são fundamentais para que as indústrias farmacêuticas e alimentícias de alta tecnologia desenvolvam seus produtos e subprodutos de forma sustentável; (v) Os dados do desmatamento na Amazônia seguem crescendo; (vi) A mineração em áreas protegidas é um

problema socioambiental que atinge a Natureza e os seres humanos; (vii) A criação de áreas protegidas pode ser um vetor de acesso à educação para as comunidades que habitam o local.

Diante de tais constatações, este projeto se justifica no apoio ao Estado do Pará no processo de elaboração dos estudos técnicos preliminares para propostas de criação e implementação de Áreas Protegidas Estaduais, como forma de aumentar sua governança política em territórios que podem contribuir progressivamente para a economia (tanto no âmbito regional, quanto no âmbito nacional e internacional), além de ser um instrumento efetivo no cumprimento de garantias constitucionais – como melhoria na qualidade de vida da população local; fomento e prospecção de recursos baseados em produtos da floresta (bioeconomia).

#### 4) FASES DO TRABALHO CONJUNTO

- Compartilhamento de informações, incluindo documentos técnicos, sobre os projetos relacionados ao tema de áreas protegidas e gestão territorial, para delimitação de escopo de trabalho no estado do Pará;
- Apoio a **SEMAS-PA** na definição de prioridades e na identificação de pontos de atenção relacionados às propostas de desenvolvimento e necessidades institucionais;
- Entrega de relatórios técnicos preliminares previstos no Plano de Trabalho do presente **ACORDO**.
- Promoção da capacitação com base em evidências de análises estaduais da equipe técnica da **SEMAS-PA**, incluindo discussões e treinamento sobre o impacto dos projetos previsto no pipeline do Estado do Pará.
- Promoção de reuniões técnicas entre as equipes da **SEMAS-PA** e da **FAS** para compartilhar os avanços e desafios do Plano de Trabalho do presente **ACORDO**.

## 5) MATRIZ LÓGICO-OPERACIONAL DE ATIVIDADES

### >>EIXO ÚNICO: APOIO À CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Meta	Ação	Descrição da Ação	Produto/ Resultado Esperado	Responsável / Ponto Focal	Cronograma
<b>1. Elaboração de estudos técnicos preliminares de avaliação histórica, vigente e perspectivas da gestão de áreas protegidas no Estado do Pará.</b>	Realizar análises econômicas que possam corroborar com uma estratégia financeira robusta de longo prazo para ações de conservação.	Elaboração de análise econômica voltada para avaliação e promoção da sustentabilidade financeira de Áreas Protegidas a partir de iniciativas de conservação ambiental.	Estratégia de sustentabilidade financeira e financiamento para criação de áreas protegidas.	FAS	Mês 01/30 a mês 08/30
	Compreender os impactos de iniciativas com foco em conservação realizadas e que possam apoiar uma avaliação político-institucional.	Elaboração de avaliação de cunho político-institucional, com revisão de políticas, estratégias, programas, projetos anteriores (e atuais) para conservação, oportunidades e alternativas para financiamento, lições aprendidas e gestão de Áreas Protegidas.	Avaliação de políticas públicas e insumos para a estratégia de sustentabilidade financeira.	FAS	Mês 01/30 a mês 08/30
	Estruturar uma estratégia de conservação a partir da criação e implementação de Áreas Protegidas no estado do Pará.	Desenho de estratégia de expansão e consolidação de Áreas Protegidas no Estado do Pará, a partir dos insumos coletados na estratégia de sustentabilidade financeira e avaliação político-institucional.	Áreas Protegidas classificadas e prioritárias para criação no curto, médio e longo prazo.	FAS	Mês 06/30 a mês 10/30

	Elaborar planos de negócios específicos que fomentem a bioeconomia baseada na Amazônia.	Desenvolvimento de planos de negócios específicos para avaliação de financiamento e oportunidades de bioeconomia baseadas na Amazônia para apoiar financeiramente Áreas Protegidas a serem criadas.	Planos de negócio para cada Área Protegida a ser criada no estado do Pará.	FAS	Mês 08/30 a mês 12/30
	Organizar ações de participação popular para fortalecer um ambiente favorável nos municípios	Apoio de mobilização, informação, educação e participação popular no processo de criação de Áreas Protegidas por meio de engajamento prévio e capacitação das principais partes interessadas, assim como seus líderes, com objetivo de apoiar o estado do Pará.	Oficinas participativas realizadas nos municípios.	FAS	Mês 11/30 a mês 16/30
<b>2. Fortalecimento do governo, da sociedade civil e da academia sobre tomada de decisões sobre o apoio à criação de Áreas Protegidas no estado do Pará a partir de Conselho Executivo de Especialistas.</b>	Promover a interação de diferentes setores para que com base em evidências haja acompanhamento e orientação quando a elaboração dos estudos técnicos preliminares	Realização de reuniões e oficinas para revisão dos materiais elaborados e orientação qualificada.	Insumos técnicos para a estratégia de criação de Áreas Protegidas.	FAS	Mês 15/30 a mês 19/30
<b>3. Promoção da temática de gestão territorial e criação de Áreas Protegidas.</b>	Desenho e implementação de estratégia de comunicação sólida para apoiar a criação de Áreas Protegidas no estado do Pará.	Conduzir a elaboração de plano de comunicação junto ao governo estadual e especialistas em comunicação.	Plano de comunicação contendo ferramentas de engajamento e mobilização social dos diferentes setores da sociedade	FAS	Mês 12/30 a mês 30/30

<b>4. Promoção de reuniões técnicas entre as equipes da SEMAS-PA e da FAS para compartilhar os avanços e desafios do Plano de Trabalho do presente ACORDO.</b>	Reuniões periódicas para compartilhar os avanços e desafios do Plano de Trabalho do presente ACORDO.	Realização de reuniões periódicas para compartilhar os avanços e desafios do Plano de Trabalho do presente ACORDO.	Reuniões realizadas entre as equipes da FAS e da SEMAS-PA para compartilhar os avanços e desafios do Plano de Trabalho do presente ACORDO; atas das reuniões.	FAS SEMAS-PA	Mês 01/30 a mês 30/30
<b>5. Atividades adicionais e de encerramento do AC.</b>	--	--	--	FAS SEMAS-PA	Mês 26/30 a mês 30/30

---

**JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA**

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade  
do Pará – SEMAS-PA

---

**VICTOR AUGUSTO SALVIATI**

Superintendente de Inovação & Desenvolvimento Institucional  
da Fundação Amazônia Sustentável – FAS